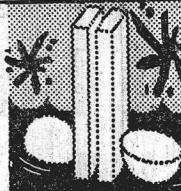


Deputado se declarou vítima mas continuará a ser investigado



Comissão avaliou que documentação era insuficiente

CPI. Org. a m...
92

Uldurico faz greve de fome e escapa da lista

■ Inclusão do deputado baiano foi atribuída a sua rivalidade política com coordenador da Subcomissão de Bancos, Benito Gama

Arte/JB

BRASÍLIA — Após três horas de greve de fome, sozinho no plenário, o deputado Uldurico Pinto (PSB-BA) conseguiu sair da lista das cassações pedidas por seu adversário político e coordenador da Subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA). A aflição de Benito para condenar o rival já provocara um motim na subcomissão: revoltados com a condenação sem provas, contrariando o acerto da véspera, alguns de seus integrantes partiram em romaria para o gabinete do presidente da CPI do Orçamento, senador Jardim Passarinho (PPR-PA). "Não aceito molecagem do senhor Benito Gama", gritou o pacato senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA), não menos irritado do que Ney Maranhão (PMDB-PRN).

Acusado de em novembro de 91 ter recebido um depósito equivalente a US\$ 3,6 mil da Prefeitura de Porto Seguro, chefiada por seu irmão José Ubaldino. "A sociedade não vai aceitar esta farsa. Estou sendo vítima do arbitrio de um adversário político que tenta me incriminar com documento falso", afirmou Uldurico, antes do jejum, ao entregar requerimento pedindo uma perícia da Polícia Federal em documento que seria da Prefeitura de Porto Seguro.

Pressão — Um encontro casual entre Uldurico e Benito à porta do gabinete de Passarinho acabou se transformando na primeira acareação das investigações da CPI. "Existe uma pressão para me incluir na lista", disse Uldurico. "A única pressão que recebi foi de seus aliados", retrucou Benito. "Você quer me cassar com um documento falso", prosseguiu o acusado, ao que Benito replicou: "Em nenhum momento usarei uma prova falsa. Só recomendo a cassação de culpados".

Benito negou que tivesse entregue parecer final recomendando a cassação de Uldurico. Mas não foi o que chegou aos ouvidos dos colegas. "Ele não só mandou o relatório para Magalhães como proibiu os funcionários de mostrar a cópia aos integrantes da subcomissão", revelou o senador Wilson Martins (PMDB-MS).

Toda a documentação que chegou à CPI sobre o caso Uldurico é insuficiente para formar convicção, segundo integrantes da subcomissão. O próprio Benito admite que são apenas indícios. Na noite de quarta-feira, Benito apelou para "os fortes indícios" que tinha em mãos e propôs a cassação por quebra de decoro parlamentar. Tanto ele quanto o senador Jutahy — os dois baianos do grupo — abstiveram-se de votar. Benito perdeu feio. Foram seis votos pela exclusão de Uldurico.

BALANÇO DAS SUBCOMISSÕES

Cassações indicadas

Genebaldo Correa (2 subcomissões: P, B, E, S)
Cid Carvalho (4 subcomissões: P, B, E, S)
João Alves (4 subcomissões: P, B, E, S)
Ronaldo Aragão (4 subcomissões: P, B, E, S)
José Geraldo (3 subcomissões: P, S, E)
Manoel Moreira (3 subcomissões: P, E, B)
Fábio Raunheitti (3 subcomissões: P, B, S)
Feres Nader (3 subcomissões: P, S, B)
Raquel Cândido (3 subcomissões: P, B, S)
José Luiz Maia (2 subcomissões: P, E)
Ézio Ferreira (2 subcomissões: P, B)

Obs.: Significado das letras: P (cassação sugerida pela Subcomissão de Patrimônio), E (Emendas), S (Subvenções Sociais) e B (Bancos).

Inocentados

Teotônio Villela Filho
Valdomiro Lima
Geddel Vieira Lima

Obs.: As subcomissões não encontraram indícios de irregularidade e, portanto, os nomes desses parlamentares não constaram em nenhum relatório parcial.

A CPI passou o abacaxi (*)

Para o Ministério Público, TCU e Receita

Sérgio Guerra
Roberto Jefferson
Eraldo Tinoco
Alexandre Costa
Mansueto de Lavor
Dario Pereira
Jesus Tajra
Henrique Hargreaves
Carlos Chiarelli

Para o Ministério Público e Receita

Humberto Lucena
Mauro Benevides
Joaquim Roriz
Edison Lobão

Para a Receita

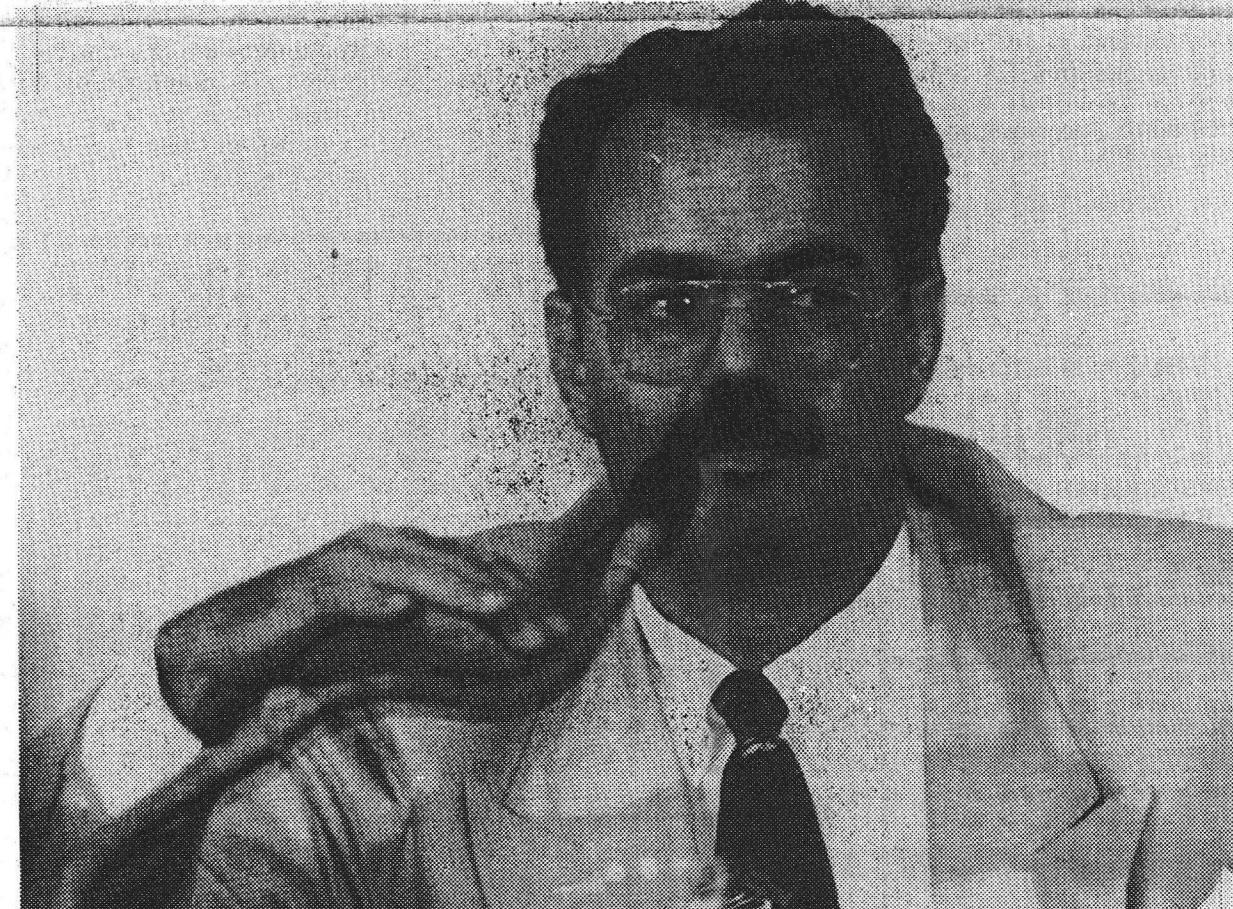
Gastone Righi

Para o Ministério Público

José Carlos Alves dos Santos

() Esses casos serão investigados fora do âmbito da CPI porque as subcomissões não obtiveram provas suficientes para incriminar os deponentes. Os casos enviados à Receita Federal dizem respeito a denúncias de sonegação não apuradas. Já os encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) referem-se basicamente a denúncias de má gestão por parte de ocupantes de cargos executivos (ex-ministra Margarida Procopio e os ex-secretários Ramon Arnus e Walter Annichinno, do governo Collor). O Ministério Público examinará irregularidades diversas.*

Josemar Gonçalves — 30/12/93



Uldurico teve a seu favor uma 'tropa de choque' formada por integrantes da própria Subcomissão de Bancos